

AS CONDIÇÕES DE RECUPERAÇÃO NACIONAL: REFORMAS E DESAFIO

POLÍTICO

16.08.83

5th INTERNATIONAL CONFERENCE FOR BOARDS OF MANAGEMENT, REALIZADA
NO RIO DE JANEIRO, EM 16 DE AGOSTO DE 1983

MEUS AMIGOS.

QUANDO ACEITEI O HONROSO CONVITE PARA SER O CONFERENCISTA BRASILEIRO DA 5TH INTERNATIONAL CONFERENCE FOR BOARDS OF MANAGEMENT, IMAGINEI SER ESTA UMA EXCELENTE OPORTUNIDADE PARA UM DIÁLOGO FRANCO SOBRE NOSSA RESPONSABILIDADE NA CONSTRUÇÃO DE UMA ORDEM ABERTA, ESTÁVEL E JUSTA. DE LÁ PARA CÁ, PORÉM, A CRISE ECONÔMICA AGRAVOU-SE DE TAL MODO QUE, AGORA, ME VEJO DIANTE DO DEVER DE PARTILHAR COM VOCÊS AS MINHAS ANGÚSTIAS E PERPLEXIDADES.

QUEM, NO UNIVERSO DA INICIATIVA PRIVADA, É CAPAZ DE VISUALIZAR O HORIZONTE DOS PRÓXIMOS MESES? QUEM, ENTRE VOCÊS, SENTE-SE SEGURO PARA TOMAR DECISÕES DE MÉDIO E LONGO PRAZO? QUEM, ENTRE NÓS, SABE AO CERTO QUAL É O EIXO DE GRAVIDADE DO INTRINCADO PROCESSO DE AJUSTE ECONÔMICO, DE REALINHAMENTO DAS FORÇAS SOCIAIS INSATISFEITAS E DA CONTINUIDADE DA ABERTURA DEMOCRÁTICA?

À PRIMEIRA VISTA TAIS QUESTÕES PARACEM UM INOPORTUNO EXERCÍCIO DE HUMOR. OS PESSIMISTAS PODERÃO ACHAR QUE ELAS CONSTITUEM UM CONVITE PARA A SUBSTITUIÇÃO DOS LIVROS DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PELO MISSAL E PELOS ANTI-DISTÔNICOS. JÁ OS ESPERANÇOSOS, ACREDITANDO AINDA NUMA LUZ AO TÉRMINO DO TÚNEL QUE NÃO A DA LOCOMOTIVA EM SENTIDO INVERSO, SABEM QUE TAIS QUESTÕES ENCERRAM UMA VERDADE: O MOMENTO EXIGE SÉRIA REFLEXÃO SOBRE O DESTINO DO PAÍS, POIS ESTÃO ESGOTADAS AS VIRTUALIDADES DE UM PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BASEADO NO MOTOR À EXPLOSÃO, NO CONSUMO DE BENS DURÁVEIS E NA CRENÇA DO PROGRESSO AUTOMÁTICO E ILIMITADO.

INFELIZMENTE, PORÉM, ADIOU-SE DURANTE MUITO TEMPO, E SOB DIVERSOS PRETEXTOS, A CONSTATAÇÃO DESSE FATO. À EXEMPLO DE MUITOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, TAMBÉM APROVEITAMOS OS SUPERÁVITS DOS PETRODÓLARES ALOCADOS PELO SISTEMA FINANCEIRO MUNDIAL PARA FINANCIAR NOSSA INDUSTRIALIZAÇÃO. CRENDOS NA PERMANÊNCIA DE UM FLUXO REGULAR DA POUPANÇA EXTERNA, ALGUNS DE NOSSOS PROJETOS FORAM CONCEBIDOS EM TERMOS UTOPICAMENTE EXPONENCIAIS, COM ESTIMATIVAS IRREAIS DE DEMANDA, ALTO COEFICIENTE DE IMPORTAÇÃO, DISCUTÍVEIS EFEITOS MULTIPLICADORES DE EMPREGO E LENTA MATURAÇÃO. LOGO, QUANDO OS RECURSOS DEIXARAM DE ENTRAR, VIMOS-NOS NUMA POSIÇÃO DELICADA: DE UM LADO, TORNAMO-NOS DEPENDENTES DE NOVOS EMPRÉSTIMOS PARA PAGAR O PRÓPRIO SERVIÇO DA DÍVIDA; DE OUTRO, COM A CRESCENTE ESCASSEZ DE RECURSOS PARA CONTINUAR CRESCENDO, AS AUTORIDADES PASSARAM A AGIR CASUISTICAMENTE, ADOTANDO MEDIDAS QUASE SEMPRE BASEADAS NA ESPERA DO RETORNO DAS CONDIÇÕES ANTERIORES.

É CERTO QUE, ENTRE 1974 E 1978, TENTAMOS ABSORVER O PRIMEIRO CHOQUE DA CRISE ENERGÉTICA: A PAUTA DE IMPORTAÇÕES TORNOU-SE MAIS SELETIVA, PROGRAMAS ALTERNATIVOS FORAM FORMULADOS, AS EXPORTAÇÕES FORAM ESTIMULADAS, MAS A DÍVIDA EXTERNA ATINGIU UM PATAMAR ELEVADO - O QUE CONTRIBUIU PARA A DETERIORAÇÃO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS. À PARTIR DO SEGUNDO CHOQUE DO PETRÓLEO, E DA SUBSEQUENTE ALTA DE JUROS A SITUAÇÃO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS TORNOU-SE CAÓTICA. O RESULTADO É CONHECIDO: A INFLAÇÃO FUGIU AO CONTROLE, A QUEDA DO NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÓMICA TROUXE O PESADELO DO DESEMPREGO, O SISTEMA FINANCEIRO DEIXOU DE CUMPRIR SEU PAPEL DE PROPULSOR DO CRESCIMENTO, A RECESSÃO DESARRUMOU O PARQUE INDUSTRIAL E AS OSCILAÇÕES DAS POLÍTICAS MONETÁRIA E CAMBIAL PROVOCARAM INSTABILIDADE NAS DECISÕES RELATIVAS A NOVOS INVESTIMENTOS.

HOJE, AS DIFICULDADES PRESENTES NÃO ESTÃO APENAS DESTRUINDO IMPORTANTES SETORES DE NOSSO APARELHO PRODUTIVO E COMPROMETENDO NOSSO PLURALISMO ECONÓMICO. ESTÃO, IGUALMENTE, DESVIANDO SIGNIFICATIVOS RECURSOS DOS EMPREENDIMENTOS GERADORES DE EMPREGOS, UMA VEZ QUE A FIXAÇÃO DOS JUROS EM NÍVEIS SUPERIORES À RENTABILIDADE MÉDIA DE CAPITAL FÍSICO INSTALADO BENEFICIA SOMENTE A ESPECU

LAÇÃO FINANCEIRA. AO MESMO TEMPO, PELO DESEMPREGO E PELA REDUÇÃO DOS SALÁRIOS REAIS, AS CLASSES DE MENOR RENDA VÊM SOFRENDO O ÔNUS MAIS PESADO DESTA CRISE: NO PASSADO, AO MENOS, A COMPRESSÃO SALARIAL ERA ADOTADA JUNTAMENTE COM MEDIDAS COMPENSATÓRIAS DE EMPREGO. APESAR DA QUEDA DOS SALÁRIOS MÉDIOS REAIS, TAL ESTRATÉGIA ASSEGURAVA O CRESCIMENTO DA MASSA REAL DE SALÁRIOS, SUSTENTANDO A DEMANDA AGREGADA.

ESTE QUADRO CINZENTO REVELA, PORTANTO, O DILEMA HISTÓRICO DE UMA NAÇÃO QUE, TENDO LUTADO EM DIREÇÃO AO PRIMEIRO MUNDO, DRAMATICAMENTE NÃO CONSEGUIU DAR OS PASSOS DECISIVOS NO TEMPO OPORTUNO. POR ISSO, NOSSO DESAFIO NÃO É APENAS O DE TRANSCENDER A ORTODOXIA MONETARISTA DE UMA POLÍTICA DE AJUSTE PASSIVO À CRISE, CUJO PREÇO TEM SIDO A QUEDA DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, ACOMPANHADA DA REDUÇÃO DA OFERTA DE EMPREGO E DO ENFRAQUECIMENTO DA INICIATIVA PRIVADA. É, TAMBÉM, O DESAFIO DE RESGATAR A CREDIBILIDADE DO PLANEJAMENTO, RECUPERAR A CONFIANÇA DOS AGENTES ECONÔMICOS NA PALAVRA GOVERNAMENTAL E RECONCILIAR A SOCIEDADE COM O ESTADO NUM PERÍODO DIFÍCIL DE NOSSA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA.

TÃO GRAVE QUANTO AS DISTORÇÕES DA POLÍTICA ECONÔMICA DESTAS ÚLTIMAS DÉCADAS, TEM SIDO A INCAPACIDADE DO REGIME EM PRODUZIR FORMAS VIÁVEIS DE CONVIVÊNCIA REPRESENTATIVA. A LIBERDADE POLÍTICA E A ABERTURA SÃO APARENTEMENTE IRREVERSÍVEIS, É CERTO, MAS AINDA HOJE SOMOS UM PAÍS QUE NÃO APRENDEU ENGENDRAR UMA VINCULAÇÃO ORGÂNICA ENTRE OS DIFERENTES SEGMENTOS SOCIAIS E OS DIRIGENTES NACIONAIS. FALTAM-NOS, ANTES DE TUDO, MECANISMOS CAPAZES DE AMPLIAR A COMUNICAÇÃO ENTRE GOVERNANTES E GOVERNADOS, A FIM DE TORNAR POSSÍVEL O ENGAJAMENTO DE TODOS EM TORNO DE UM PROJETO REALISTA, EXEQUÍVEL E TRANSFORMADOR.

AFINAL, DE NADA ADIANTA A DIMENSÃO QUANTITATIVA DO DESENVOLVIMENTO SE, EM TERMOS QUALITATIVOS, VIVEMOS NUMA SOCIEDADE AINDA ESTIGMATIZADA POR CONTRASTES INQUIETANTES. CRESCIMENTO ECONÔMICO É UMA COISA, MODERNIZAÇÃO SOCIAL, OUTRA. E, SEM A CONCILIAÇÃO DE AMBAS, O PROGRESSO É UMA UTOPIA. HOJE, TEMOS TRINTA MILHÕES DE BRASILEIROS SITUADOS NA FAIXA DE POBREZA ABSOLUTA, SEGUN

DO O IBGE. A TAXA DEMOGRÁFICA MÉDIA É DE 2,4% AO ANO, O QUE SIGNIFICA A INCORPORAÇÃO ANUAL EM NOSSAS FRONTEIRAS DE UMA POPULAÇÃO EQUIVALENTE À DE EL SALVADOR E SUPERIOR À DO URUGUAI. E, ENQUANTO AS SECAS VÃO PROLONGANDO-SE POR PENOSOS CINCO ANOS, NO NORDESTE, AMPLIAM-SE AS CONCENTRAÇÕES URBANAS, NAS REGIÕES INDUSTRIALIZADAS, SEM QUE OS PODERES PÚBLICOS TENHAM RECURSOS DE ATENDER A TODOS, INDISTINTAMENTE, E SEM QUE O EMPRESARIADO TENHA CONDIÇÕES DE CRIAR NOVOS EMPREGOS.

MEUS AMIGOS.

EVIDENTEMENTE, NOSSAS PRINCIPAIS LIDERANÇAS EMPRESARIAIS, TRABALHISTAS E PARTIDÁRIAS ESTÃO CONSCIENTES DA NECESSIDADE DE ASSUMIREM JÁ SUAS EFETIVAS RESPONSABILIDADES NO ENCAMINHAMENTO DE UM AMPLO PROJETO DE RECONSTRUÇÃO DO PAÍS. TODAVIA, A AUSÊNCIA DE CREDIBILIDADE INSTITUCIONAL TEM INIBIDO A PASSAGEM DA RETÓRICA DAS BOAS INTENÇÕES PARA A PRÁXIS DECISÓRIA TRANSFORMADORA.

INFELIZMENTE, O DISCURSO OFICIAL HOJE SE INCLINA POR UMA LINGUAGEM IRREALÍSTICA, FORA DE SINTONIA COM OS SETORES RESPONSÁVEIS DA NAÇÃO - PORTANTO, UMA LINGUAGEM IMPRÓPRIA À SUSTENTAÇÃO DE DIÁLOGOS EXPLÍCITOS E PROFÍCUOS. POR EXTENSÃO, ENTRE O FORMAL E O REAL, ENTRE O PAÍS DA BUROCRACIA ESTATAL E O PAÍS DAS ENCHENTES, DAS SECAS, DO DESEMPREGO E DA MARGINALIDADE URBANA, A VERDADE É QUE SE INTERPÕEM FALSEAMENTOS, FICÇÕES, CONTEMPORIZAÇÕES E EQUÍVOCOS.

DECORRE DAÍ, TODOS SABEM, A FALTA DE CREDIBILIDADE DO COMANDO ECONÔMICO-FINANCEIRO GOVERNAMENTAL. O QUE NÃO DEIXA DE SER PARADOXAL, POIS ESSE GRUPO TEM PODERES EXCEPCIONAIS PARA AGIR, SEM ESBARRAR NAS VELHAS ESTRUTURAS LEGAIS DO PASSADO, NO ENTANTO, LHES FALTA TANTO UM PROJETO QUANTO A CONFIANÇA DA OPINIÃO PÚBLICA E SEU ENORME PODER DECISÓRIO SE TORNA CADA VEZ MENOS EFICAZ.

COMO ULTRAPASSAR ESTE PERÍODO TENSO E SOMBRIODE TRANSIÇÃO SEM BALIZAMENTOS INSTITUCIONAIS? COMO NEGOCIAR SE, ATÉ AGO-

RA, NÃO SE DEU AOS CREDORES A CONFIANÇA NA EFICÁCIA, NA SERIEDADE E NA COERÊNCIA DE NOSSO PROGRAMA DE AJUSTE ESTRUTURAL À CRISE ECONÔMICA?

FELIZMENTE, PESSOAS DE BOM SENSO TANTO NO ÂMBITO DO LEGISLATIVO, DO EXECUTIVO E DA PRÓPRIA SOCIEDADE TÊM PERCEBIDO TODOS OS PERIGOS DESSA SITUAÇÃO. SABEM ELAS QUE A ESTABILIDADE POLÍTICA PODE VIR A SER UM TRUNFO DECISIVO NA RENEGOCIAÇÃO EXTERNA E NA RECONSTRUÇÃO NACIONAL. POR ISSO, A NAÇÃO NÃO PODE DESPREZAR UMA QUESTÃO BÁSICA: A DA SUCESSÃO PRESIDENCIAL. AFINAL, SE A VIABILIDADE DO PAÍS DEPENDE DE UM AMPLO ENGAJAMENTO DE TODOS SEUS SEGMENTOS, A ESCOLHA DE NOSSOS PRÓXIMOS DIRIGENTES NÃO PODE FICAR RESTRITA A UM PEQUENO CÍRCULO DENTRO DE UM PARTIDO. O QUAL, ALÉM DO MAIS, TEM CERCA DE APENAS 40% DOS VOTOS POPULARES E, NÃO REPRESENTA A MAIORIA DO ELEITORADO DAS UNIDADES FEDERADAS QUE DETÉM 70% DO PIB NACIONAL. SERIA MERO TRUÍSMO CHAMAR ATENÇÃO PARA OS RISCOS DE UMA SOLUÇÃO DESPROVIDA DE AMPLA REPRESENTATIVIDADE. E TUDO ISSO SE TORNA AINDA MAIS PERTURBADOR QUANDO, NESTE MOMENTO, O SUCEDER DE DECISÕES CONJUNTURAIS DESORDENADAS E SEM AVAL DE OPINIÃO PÚBLICA NOS VAI LEVANDO A NAVEGAR SEM RUMO CERTO.

POR ISSO, É PRECISO REVERTER ESSE QUADRO. A SUCESSÃO SERÁ, CERTAMENTE, UMA OPORTUNIDADE PRECIOSA PARA SE REAGRUPAR AS FORÇAS POLÍTICAS E ELABORAR UM PROJETO NACIONAL CAPAZ DE REPRODUZIR, POR MEIOS LEGÍTIMOS, AS ASPIRAÇÕES DE TODA A SOCIEDADE. MAS COMO REPENSAR O PASSADO E PROGRAMAR O FUTURO? PARA ONDE REDIMENSIONAR NOSSO PERFIL INDUSTRIAL? DE QUE MODO DESVINCULÁ-LO DAS PRESSÕES IMEDIATAS DO BALANÇO DE PAGAMENTOS? DE QUE FORMA JUSTIFICAR NOVOS PEDIDOS DE SACRÍFICIOS E MUDANÇAS DE HÁBITOS, VALORES E PADRÕES DE CONSUMO? QUAIS OS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS NOVAS PRIORIDADES?

EIS, A MEU VER, AS QUESTÕES QUE DEVEM NORTEAR NOSSAS PREOCUPAÇÕES IMEDIATAS, PARA QUE POSSAMOS AMPLIAR NOSSA CAPACIDADE DE CONTROLE SOBRE NOSSO PRÓPRIO DESTINO.

COMO ADMINISTRADOR E CIDADÃO, IMBUÍDO DA CRENÇA NUM LIBERALISMO MODERNO E CONSEQUENTE, QUE ADVOGA A REORDENAÇÃO ECONÔMICA E VALORIZA A DIGNIDADE DO HOMEM LIVRE, VENHO CONCENTRANDO MINHA ATENÇÃO EM TORNO DE TRÊS CONJUNTOS INTERDEPENDENTES DE PROBLEMAS. O PRIMEIRO DELES DIZ RESPEITO À NECESSIDADE DE RESTABELECER A ORDEM NAS FINANÇAS PÚBLICAS E NA POLÍTICA MONETÁRIA E FINANCEIRA.

AFINAL, NENHUM PAÍS NO MUNDO, COM ECONOMIA PRETENSAMENTE ABERTA COMO A NOSSA, TEM CONDIÇÕES DE SUPERAR SUAS DIFICULDADES DIANTE DE JUROS EM PATAMARES ABSURDOS DE UM DÉFICIT PÚBLICO RECORDE E INFLAÇÃO TENDENDO PARA 200% AO ANO. A FONTE PRINCIPAL DESSE DESEQUILÍBRIO É O EXCESSO DE GASTOS DO GOVERNO E A FALTA DE RECURSOS NÃO INFLACIONÁRIOS PARA COBRIR OS DÉFICIT DAS EMPRESAS ESTATAIS. O DÉFICIT PÚBLICO TEM PROVOCADO, ALÉM DAS EMISSÕES DE MOEDA QUE SEMPRE ULTRAPASSAM AS METAS PREVISTAS, UM ELEVADO NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO INTERNO. ESSE DESCOMPASSO ENTRE A BASE DO ESTADO E SUA BASE TRIBUTÁRIA CONCORREU, IGUALMENTE, PARA O AGRAVAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA, VIA ENDIVIDAMENTO DAS ESTATAIS.

A CONSEQUÊNCIA ÓBVIA DESSES DÉFICITS E DA NECESSIDADE DE REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA É QUE O GOVERNO, NA TENTATIVA DE CONTER AS EMISSÕES E EVITAR PRESSIONAR A BASE MONETÁRIA, PROCURA COLOCAR A TODO CUSTO SEUS TÍTULOS NO MERCADO OFERECENDO REMUNERAÇÕES CADA VEZ MAIS ELEVADAS, INCLUÍDO ATÉ MESMO CLÁUSULA DE PARIDADE CAMBIAL. ORA, TAL ESTRATÉGIA NÃO SÓ TEM IMPEDIDO A QUEDA DOS JUROS, MAS, TAMBÉM, FAVORECIDO A ESPECULAÇÃO FINANCEIRA. AFINAL, COMO OS TÍTULOS PRIVADOS TÊM DE CONCORRER COM A CRESCENTE REMUNERAÇÃO PROPICIADA PELOS TÍTULOS DO TESOURO, NÃO HÁ COMO EVITAR UMA ELEVAÇÃO GENERALIZADA DAS TAXAS DO MERCADO FINANCEIRO.

A DIMENSÃO DO DÉFICIT PÚBLICO BRASILEIRO TRAZ À TONA OUTRA QUESTÃO: A DESORDEM E A MULTIPLICIDADE DE ORÇAMENTOS PÚBLICOS QUE TÊM CARACTERIZADO O PLANEJAMENTO ECONÔMICO. HOJE, SÓ O ORÇAMENTO FISCAL É SUBMETIDO À APRECIÇÃO DO CONGRESSO, SENDO O MESMO POUCO RELEVANTE PARA A DETERMINAÇÃO DO DÉFICIT PÚBLICO CONSOLIDADO, QUANDO SE CONSIDERAM OS MONTANTES ENVOLVIDOS NOS ORÇAMENTOS

MONETÁRIO E DAS EMPRESAS ESTATAIS. LOGO, PARA A DISCUSSÃO DE UM PROJETO DEMOCRÁTICO, É PRECISO QUE O CONGRESSO POSSA CONHECER E JULGAR A TOTALIDADE DOS GASTOS DO GOVERNO E SUAS FONTES DE FINANCIAMENTO.

A QUESTÃO DO EQUACIONAMENTO DOS GASTOS PÚBLICOS, POR SUA VEZ, ESTÁ A EXIGIR A "DESDOLARIZAÇÃO" DA ECONOMIA. NENHUM PAÍS TÊM CONDIÇÕES DE REGULAR A TAXA DE JUROS INTERNA SE UMA PARTE IMPORTANTE DE SEUS FINANCIAMENTOS ESTIVER CONTRATADA EM MOEDA ESTRANGEIRA, POIS NESSE CASO, A TAXA DE JUROS EXTERNA PASSARÁ A SER O FATOR DOMINANTE DO SISTEMA FINANCEIRO DO PAÍS.

AS EMPRESAS BRASILEIRAS, EM 31/12/82, TINHAM DÍVIDAS EM MOEDA ESTRANGEIRA, DE MÉDIO E LONGO PRAZO, REGISTRADAS NO BANCO CENTRAL, NO VALOR DE US\$ 69 BILHÕES, O EQUIVALENTE A APROXIMADAMENTE CR\$ 17.400 BILHÕES.

O BRASIL, NESSA DATA, TINHA EM CIRCULAÇÃO ORTNs NO VALOR DE CR\$ 4.600 BILHÕES, NÃO COMPUTADAS ÀS QUE ESTAVAM EM PODER DO BANCO CENTRAL. MAIS DE 90% DESSAS ORTNs TINHAM CLÁUSULA DE PARIDADE CAMBIAL. TOTALIZANDO ESSES VALORES TÍNHAMOS, PORTANTO, CR\$ 22 TRILHÕES DE ATIVOS FINANCEIROS INDEXADOS EM DÓLARES.

PARA SE TER UMA IDÉIA DESSE VOLUME, O TOTAL DOS ATIVOS FINANCEIROS EM CRUZEIROS, NESSA MESMA DATA, INCLUÍNDO DEPÓSITOS DE TODOS OS BANCOS, À VISTA E A PRAZO, LETRAS DE CÂMBIO E CADERNETAS DE POUPANÇA, ERA DE APENAS CR\$ 14.400 BILHÕES.

UM PAÍS COMO O BRASIL, QUE ESTÁ COM GRAVÍSSIMAS DIFICULDADES DE BALANÇO DE PAGAMENTOS E QUE, PORTANTO, TEM QUE EXPORTAR SEUS PRODUTOS NUM MOMENTO EM QUE O MERCADO INTERNACIONAL SE ENCONTRA ALTAMENTE DEPRIMIDO PELA RECESSÃO OBSERVADA NAS MAIORES ECONOMIAS MUNDIAIS, PRECISA DESVALORIZAR SUA TAXA DE CÂMBIO PERMANENTE, ACIMA DA INFLAÇÃO, PARA PERMITIR QUE OS EXPORTADORES POSSAM CONSEGUIR OS VOLUMES NECESSÁRIOS DE DIVISAS, AOS PREÇOS DEPRIMIDOS PREVALECENTES.

ESSA SITUAÇÃO LEVA, AUTOMATICAMENTE, TODO O PASSIVO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS A SEREM CORRIGIDOS A UMA TAXA QUE É SEMPRE SUPERIOR À INFLAÇÃO.

PARA SE TER UMA IDÉIA DESSA SITUAÇÃO, NOS ÚLTIMOS ANOS, ALÉM DAS DESVALORIZAÇÕES ROTINEIRAS DO CRUZEIRO, TIVEMOS DUAS MAXI-DESVALORIZAÇÕES, UMA EM DEZEMBRO DE 1979 E OUTRA EM FEVEREIRO DE 1983. NOS ÚLTIMOS 12 MESES, A DESVALORIZAÇÃO DO CRUZEIRO FOI DE 213%, PORTANTO, AS EMPRESAS QUE TEM PASSIVOS INDEXADOS EM DÓLARES, TIVERAM OS MESMOS ACRESCIDOS NA MESMA PROPORÇÃO, CRIANDO UMA SITUAÇÃO ABSOLUTAMENTE INSUSTENTÁVEL.

ALÉM DESSE FENÔMENO, A POLÍTICA FINANCEIRA DOS EUA, NESSES ÚLTIMOS 4 ANOS, CONDUZIDA PELO BANCO CENTRAL AMERICANO (FEDERAL RESERVE SYSTEM), SE BASEOU NA RESTRIÇÃO DO VOLUME DE MOEDA, SEM PREOCUPAÇÃO COM OS NÍVEIS DE TAXAS DE JUROS.

ESSA POLÍTICA LEVOU A ALTAS TAXAS DE JUROS NO MERCADO AMERICANO E, POR CONSEQÜÊNCIA, EM TODAS AS ECONOMIAS DOS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS, A NÍVEIS JAMAIS VISTOS NA HISTÓRIA DO CAPITALISMO MODERNO. AS OPERAÇÕES PREFERENCIAIS DOS GRANDES BANCOS E PARA AS GRANDES EMPRESAS (PRIME RATE) ATINGIRAM O NÍVEL INUSITADO DE 22% A.A.

NO QUE SE REFERE ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS, AINDA DEVEREMOS CONSIDERAR QUE A DIFÍCIL SITUAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL FAZIA COM QUE O SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL APLICASSE UM ADICIONAL SOBRE A TAXA DE JUROS BASICAS VIGENTES NO MERCADO MUNDIAL (LIBOR OU PRIME), DA ORDEM DE 2,25%. ALÉM DISSO, TINHAM QUE PAGAR AS COMISSÕES E TAXAS NORMAIS DE REPASSE COBRADAS PELOS BANCOS NACIONAIS, BEM COMO OS IMPOSTOS COBRADOS PELO GOVERNO BRASILEIRO. ISSO TUDO LEVOU OS CUSTOS DOS FINANCIAMENTOS EM MOEDA ESTRANGEIRA AO NÍVEL ABSURDO DE 250% NOS ÚLTIMOS 12 MESES.

ESSA SITUAÇÃO LEVOU MUITAS EMPRESAS BRASILEIRAS PARTICULARES A INSOLVÊNCIA. EXEMPLO FLAGRANTE DESSA SITUAÇÃO É O CASO DA RECENTE CONCORDATA DAS EMPRESAS MATARAZZO.

AS EMPRESAS ESTATAIS É QUE DETEM A MAIOR PARTE DA DÍVIDA BRASILEIRA INDEXADA EM DÓLARES E MUITAS DENTRE ELAS FICARAM INCAPAZES DE PAGAREM SEUS DÉBITOS, O QUE OBRIGOU O TESOURO BRASILEIRO A PAGAR, NA QUALIDADE DE AVALISTA. EM FACE DO GRANDE NÚMERO DE CASOS DESSA NATUREZA, O MINISTÉRIO DA FAZENDA TEVE QUE REGULA-

MENTAR O ASSUNTO ATRAVÉS DA FAMOSA PORTARIA GB-588.

OUTRA CONSEQUÊNCIA EXTREMAMENTE GRAVE FOI O FATO DO PRÓPRIO GOVERNO EMITIR TÍTULOS DA DÍVIDA INTERNA INDEXADOS EM DÓLARES (ORTN), MAIS 8% DE JUROS, O QUE LEVA TODO INVESTIDOR A EXIGIR, PARA QUALQUER TIPO DE APLICAÇÃO, ALTERNATIVAS DE RENDA SUPERIORES A ESSA TAXA, ELEVANDO EXTRAORDINARIAMENTE O NÍVEL DE JUROS PREVALECENTE NO MERCADO FINANCEIRO INTERNO.

AS OPERAÇÕES QUE O BANCO CENTRAL EFETUA DE COMPRA E VENDA DE TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA NO MERCADO ABERTO (OPEN) É O MECANISMO CLÁSSICO DE REGULAÇÃO DE VOLUME DE MOEDA. NO BRASIL ELE FOI TOTALMENTE DEFORMADO PELO FATO DE EXISTIREM TÍTULOS COM CLÁUSULA CAMBIAL, PORQUE INÚMEROS INVESTIDORES OS COMPRAM UNICAMENTE NA EXPECTATIVA DE UMA MAXI-DESVALORIZAÇÃO, O QUE LEVA O SISTEMA DE REGULAÇÃO A SER EXTREMAMENTE INEFICIENTE E PRATICANDO TAXAS ABSURDAS DE ATÉ 15% AO MÊS, COMO SE TEM OBSERVADO NOS ÚLTIMOS TEMPOS, EM FUNÇÃO DO GRAU DE DESCONFIANÇA DO MERCADO NA ESTABILIDADE DA MOEDA.

TODAS ESSAS DEFORMAÇÕES SUGEREM A NECESSIDADE URGENTE DE SER RETOMADA A FORMA CLÁSSICA DE OPERAÇÃO DAS FINANÇAS DE QUALQUER PÁIS, OU SEJA, ELIMINANDO AS INDEXAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA. É A CHAMADA DESDOLARIZAÇÃO.

ESSE PROCESSO EXIGIRIA O RESGATE ANTECIPADO DE TODAS AS ORTNs, O QUE É PREVISTO EM LEI E QUE O BANCO CENTRAL ASSUMISSE A DÍVIDA EXTERNA DAS EMPRESAS E ESSAS PASSASSEM A DEVER EM CRUZEIROS, A LONGO PRAZO, EM CONDIÇÕES FAVORÁVEIS AO PRÓPRIO BANCO CENTRAL, COMO FOI FEITO PELO GOVERNO GETÚLIO VARGAS, NA CRISE DE 1930.

OPERAÇÃO DESSA NATUREZA TAMBÉM FOI EXECUTADA COM GRANDE ÊXITO NA ARGENTINA, HÁ CERCA DE UM ANO, O QUE PERMITIU A REATIVAÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL E O ESTANCAMENTO DO ALTO NÚMERO DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS QUE NA OCASIÃO SE APRESENTAVAM.

OBVIAMENTE, O BANCO CENTRAL PASSARÁ A ARCAR COM A DIFERENÇA DE CUSTO ENTRE O QUE TERIA QUE PAGAR AOS BANQUEIROS INTERNACIONAIS PELA TOTALIDADE DA DÍVIDA BRASILEIRA E OS VALORES COBRA

DOS DAS FIRMAS NACIONAIS, EM CRUZEIROS. FUNDOS NÃO INFLACIONÁRIOS TERIAM QUE SER PROVIDOS PELO TESOURO PARA ESSE FIM.

A DIFICULDADE E O CUSTO DESSE SANEAMENTO NÃO NOS DEVE ASSUSTAR, MAS POR OUTRO LADO, A DIMENSÃO DA OPERAÇÃO EXIGE QUE A MESMA SEJA INSERIDA NUM CONJUNTO DE MEDIDAS QUE RESTABELEÇA NO PAÍS A CONFIANÇA NA SUA ESTRUTURA FINANCEIRA E ECONÔMICA.

O SEGUNDO CONJUNTO DE PROBLEMAS A SER ENFRENTADO É A REVISÃO DE NOSSA POLÍTICA INDUSTRIAL. COMO SE SABE, NOSSO CRESCIMENTO, A PARTIR DE 1968, FOI ACELERADO GRAÇAS AO ELEVADO GRAU DE LIQUIDEZ DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL. NO ENTANTO, OS ANSEIOS DE TRANSFORMAR O PAÍS NUMA GRANDE POTÊNCIA INDUZIRAM A UM ERRO DE PLANEJAMENTO: EXPANDIR A INDÚSTRIA DE BASE NUM RITMO DESAJUSTADO COM A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E ESPECIALMENTE COM A DEMANDA INTERNA E EXTERNA E APRESENTANDO REDUZIDOS EFEITOS SOBRE O NÍVEL DE EMPREGO.

AINDA QUE NAS CONDIÇÕES ENTÃO EXISTENTES TAIS PROJETOS PARECESSEM VIÁVEIS, O EQUÍVOCO MAIOR CONSISTIU EM SUPOR QUE AQUELE PANORAMA FAVORÁVEL FOSSE ETERNO. POR OUTRO LADO, ERROU-SE UMA SEGUNDA VEZ QUANDO NÃO SE AVALIOU CORRETAMENTE AS IMPLICAÇÕES FUTURAS DESSE TIPO DE CRESCIMENTO A NÍVEL DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA GERADA. POIS, ATÉ NA HIPÓTESE DA NÃO EXISTÊNCIA DE CRISES EXTERNAS, ESSA INADEQUADA DISTRIBUIÇÃO ACABARIA POR SE TORNAR UM FATOR LIMITATIVO À EXPANSÃO DO MERCADO INTERNO, APÓS OS PRIMEIROS ANOS DE IMPLEMENTAÇÃO INDUSTRIAL.

TODAVIA, OS DESACERTOS CONTINUARAM QUANDO, EXPERIMENTANDO O PRIMEIRO CHOQUE EXTERNO EM 1973, INSISTIU-SE NA MANUTENÇÃO DO MESMO PADRÃO DE CRESCIMENTO INDUSTRIAL, COM LIMITADAS PREOCUPAÇÕES SOBRE A NECESSIDADE DE ALTERAÇÕES, TANTO A NÍVEL TECNOLÓGICO, DADA A MODIFICAÇÃO NOS PREÇOS RELATIVOS DA ENERGIA IMPORTADA, QUANTO COM RELAÇÃO AO NÍVEL DA EFICIÊNCIA ECONÔMICA PARA ENFRENTAR A CONCORRÊNCIA EM PERÍODO DE CRISE MUNDIAL.

HOJE, APÓS MAIS DOIS CHOQUES EXTERNOS, NOS DEFRENTAMOS COM UMA AMPLA CAPACIDADE INDUSTRIAL NÃO UTILIZADA, VÁRIOS PROJETOS ESTÃO AMEAÇADOS NÃO SÓ PELA FALTA DE RECURSOS, MAS, BASICAMENTE,

MENTE, PELA FALTA DE ECONOMICIDADE. É PRECISO FICAR CLARO, PORÉM, QUE MESMO OPERANDO A PLENA CAPACIDADE, O PARQUE INDUSTRIAL BRASILEIRO ESTÁ INADEQUADO PARA COMPETIR NO MERCADO INTERNACIONAL SEM SUBSÍDIO, POIS O EMBASAMENTO ECONÔMICO DE SUA IMPLANTAÇÃO NÃO FOI COM ESTE FIM. PORTANTO, PARA SE MODIFICAR O PERFIL INDUSTRIAL DO PAÍS É PRECISO ANALISAR, SETOR A SETOR, AS ALTERAÇÕES NECESSÁRIAS E, ATRAVÉS DA TECNOLOGIA E DO USO ADICIONAL DE CAPITAL, PROCURAR VIABILIZAR A UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE JÁ EXISTENTE, NA EXPORTAÇÃO, PRIORIDADE ESSENCIAL PARA O PAÍS VENCER A CRISE DE SUPRIMENTO QUE O AMEAÇA.

OUTRO PASSO INDISPENSÁVEL À REFORMULAÇÃO DO PERFIL INDUSTRIAL É CONCENTRAR OS NOVOS INVESTIMENTOS EM PROJETOS DE MENOR PORTE COM RELAÇÃO AOS ATÉ AGORA FORMULADOS, TENDO POR BASE CRITÉRIOS MAIS EXEQUÍVEIS, COM MENOR TEMPO DE MATURAÇÃO, TORNANDO DIVISÍVEL OU MODULÁVEL SUA EXECUÇÃO E, SOBRETUDO, ADEQUANDO ESSES INVESTIMENTOS À NOSSA CAPACIDADE DE GERAÇÃO INTERNA DE RECURSOS E AO CONSUMO INTERNO.

PODE-SE QUESTIONAR SE, COM ISSO, FICAREMOS PRIVADOS DOS GANHOS DE ESCALA APARENTEMENTE PRÓPRIOS AOS INVESTIMENTOS DE MAIOR PORTE. A RESPOSTA ESTÁ EM QUE, PELO MENOS A NÍVEL DAS RESTRIÇÕES, COM AS QUAIS O PAÍS CONTINUARÁ A SE DEFRONTAR NOS PRÓXIMOS ANOS, INVESTIMENTOS DESSE TIPO SERÃO DIFÍCEIS PARA NÓS. CABE ASSINALAR, AINDA, QUE, MESMO NOS PAÍSES AVANÇADOS, SEM RESTRIÇÕES DE RECURSOS, TEM SIDO SERIAMENTE QUESTIONADA A APARENTE VANTAGEM DOS GRANDES PROJETOS ESTIMULADOS PELO FASCÍNIO DAS ECONOMIAS DE ESCALA.

TAMBÉM, É IMPORTANTE RESSALTAR QUE OS NOVOS INVESTIMENTOS DEVERÃO TER, COMO PRIORIDADE, A GERAÇÃO DE EMPREGOS, TENDO OBVIAMENTE DE ADEQUAR-SE AOS LIMITES DOS RECURSOS MATERIAIS DISPONÍVEIS.

O TERCEIRO E ÚLTIMO CONJUNTO DE PROBLEMAS A QUE ME REFIRO É O DA REFORMA TRIBUTÁRIA. ESTA É UMA QUESTÃO POLÊMICA, MAS QUE PRECISA SER ENFRENTADA COM FIRMEZA, DADAS A INSUFICIÊNCIA DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DOS GOVERNOS ESTADUAIS E

MUNICIPAIS, A NECESSIDADE DE SE ESTIMULAR A CAPITALIZAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA NACIONAL, A IMPERIOSIDADE DE SE INIBIR A ESPECULAÇÃO FINANCEIRA E, POR FIM, O ANSEIO SOCIAL DE SE REPARTIR DE MODO EQUITATIVO OS CUSTOS DO INEVITÁVEL PROCESSO DE REAJUSTE DA ECONOMIA.

A MEU VER, NÃO CONSEGUIREMOS RECUPERAR O CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS SE NÓS NÃO FORMOS CAPAZES DE PROMOVER UMA REMODELAÇÃO ESTRUTURAL DO SISTEMA TRIBUTÁRIO. PARA REALÇAR A URGÊNCIA DE TAL PROVIDÊNCIA, LEMBRO QUE, DENTRE AS PRINCIPAIS FONTES DE RECURSOS DO GOVERNO, COMO EMISSÃO DE MOEDA, ENDIVIDAMENTO INTERNO, ENDIVIDAMENTO EXTERNO E IMPOSTOS, A ÚNICA QUE AINDA OFERECE ALGUMA POSSIBILIDADE DE MANEJO SÃO OS IMPOSTOS. COMO AFIRMEI, A EMISSÃO E O ENDIVIDAMENTO INTERNO DEVERÃO TER SUA PARTICIPAÇÃO LIMITADA E CONTROLADA, DO MESMO MODO COMO O ENDIVIDAMENTO EXTERNO ESTÁ EVIDENTEMENTE EXCEDIDO, NÃO PODEMOS POR LONGO PERÍODO DE TEMPO CONTAR DE NOVO COM ESSA FONTE DE RECURSOS.

TODOS CONHECEMOS, IGUALMENTE, OS PROBLEMAS DE LIQUIDEZ DOS TESOuros ESTADUAIS E MUNICIPAIS, RESPONSÁVEIS POR UM DÉFICIT PÚBLICO DE CERCA DE 2,7% DO PIB. LIMITADOS PELOS CONTROLES DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA E EXTERNA, OS GOVERNOS ESTADUAIS, PARA ATENDER AOS GASTOS DE CUSTEIO OU COMPROMISSOS INADIÁVEIS, TÊM AUTORIZADO OS BANCOS ESTADUAIS A REMUNERAREM SEUS TÍTULOS COM JUROS REAIS BASTANTE SUPERIORES AOS DO MERCADO, ESTABELECENDO UM QUADRO DE TENSÃO NO ÂMBITO DO SISTEMA BANCÁRIO.

DE QUALQUER MODO, ESTE É UM PROBLEMA DELICADO, POIS, APESAR DA ATUAL CENTRALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, A ABERTURA CRIOU CONDIÇÕES PARA UM FEDERALISMO REAL. GRAÇAS ÀS ELEIÇÕES DE NOVEMBRO PASADO, AS OPOSIÇÕES GANHARAM OS GOVERNOS DAS PRINCIPAIS UNIDADES FEDERADAS. PODEM, ASSIM, ENFATIZAR PRIORIDADES SÓCIO-ECONÔMICAS DIFERENTES DA UNIÃO - O QUE DESDE JÁ SUSCITA O PROBLEMA DA DÍVIDA DAS ADMINISTRAÇÕES ESTADUAIS. À RIGOR, NEM OS GOVERNADORES DEVEM TER LIBERDADE TOTAL, POIS É O DESTINO DE TODO O PAÍS QUE ESTÁ EM JOGO, NEM O BANCO CENTRAL DEVE CONTINUAR FORÇANDO-OS A PAGAR SUA DÍVIDA A PARTIR DE CRITÉRIOS DESCONHECIDOS. É POR ISSO, JUSTAMEN-

TE, QUE ESTE PROBLEMA SÓ PODE SER RESOLVIDO A PARTIR DE UMA REFORMA TRIBUTÁRIA AMPLAMENTE DISCUTIDA E VOTADA PELO LEGISLATIVO.

O PROGRAMA CUJAS LINHAS BÁSICAS ACABAMOS DE SUGERIR É PRÉ-CONDIÇÃO PARA RENEGOCIARMOS NOSSA DÍVIDA EXTERNA.

TEMOS PRIMEIRO QUE DEFINIR COM CLAREZA O QUE QUEREMOS E O QUE PODEMOS FAZER COM NOSSA ECONOMIA. COM BASE NESSE PROGRAMA RESPALDADO FIRMEMENTE PELA SOCIEDADE BRASILEIRA TEREMOS INSTITUÍDO AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA NEGOCIARMOS NOSSA DÍVIDA COM CREDIBILIDADE E ÊXITO. FORA DESSA SITUAÇÃO A NEGOCIAÇÃO EXTERNA FICARÁ AO SABOR DOS INCIDENTES DO MERCADO FINANCEIRO INTERNACIONAL E REPETIREMOS O FRACASSO DA PRIMEIRA NEGOCIAÇÃO: A ECONOMIA NÃO TOMOU CONHECIMENTO DAS METAS ACORDADAS E ISSO LEVOU A RUPURA DO FLUXO DE CRÉDITOS EXTERNOS CONTRATADOS.

MEUS AMIGOS.

PERMITAM-ME AGORA CONCLUIR, DESCULPANDO-ME POR HAVER LONGAMENTE COMPARTILHADO COM VOCÊS MINHAS ANGÚSTIAS E MEUS ANSEIOS. COMO O MOMENTO É GRAVE, NÃO PODENDO SER SUPERADO NEM COM AS NEGOCIAÇÕES EM ANDAMENTO COM NOSSOS CREDORES NEM COM A APARENTE RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA NORTE-AMERICANA, TEMOS DE OPTAR PELO REALISMO - E NÃO PELOS MISSAIS, PELOS ANTI-DISTÔNICOS E PELOS DISCURSOS SEM REALISMO.

NOSSOS DILEMAS E IMPASSES TÊM COMPONENTES FUNDAMENTALMENTE POLÍTICOS, MOTIVO PELO QUAL NÃO PODEMOS FICAR RESIGNADOS E CONFORMADOS À ESPERA DOS VENTOS FAVORÁVEIS DAS ECONOMIAS INDUSTRIALIZADAS. ESTAMOS ATRELADOS AO EXTERIOR, É VERDADE, MAS TENHAMOS CONSCIÊNCIA DE QUE O ENCAMINHAMENTO DA CRISE MUNDIAL EXIGE DECISÕES QUE TÊM OCASIONADO CONFLITOS ENTRE OS PRÓPRIOS PAÍSES AVANÇADOS. PORTANTO, À MEDIDA QUE A ORDEM INTERNACIONAL ATRAVESSA UM MOMENTO DE REDEFINIÇÃO DE SUAS ESTRUTURAS, APESAR DA APARENTE INEFICÁCIA DA RECENTE CONFERÊNCIA DE WILLIANSBURG, EM RELAÇÃO AOS PROBLEMAS DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO É PRECISO QUE TAMBÉM SAIBAMOS NÓS MESMOS FORMULAR NOSSA PRÓPRIA EQUAÇÃO DE FORMA INTELIGÍVEL, PORÉM SEM PESSIMISMO.

NÃO SEI SE ISSO VALE COMO ESTÍMULO, MAS EM 1930 QUANDO O PANORAMA DA ECONOMIA OCIDENTAL ERA SOMBRIO, LORD KEYNES, ESCREVENDO UM ARTIGO SOBRE AS POSSIBILIDADES ECONÔMICAS DE SEUS NETOS, AFIRMAVA:

"...PREVEJO QUE AINDA EM NOSSA ÉPOCA DEVERÁ SER PROVADO O DESACERTO DOS DOIS ERROS OPOSTOS DE PESSIMISMO QUE ATUALMENTE TANTO TUMULTUAM O MUNDO: O PESSIMISMO DOS REVOLUCIONÁRIOS, PARA QUEM AS COISAS VÃO TÃO MAL QUE NADA NOS PODE SALVAR; A NÃO SER VIOLENTAS TRANSFORMAÇÕES; E O PESSIMISMO DOS REACIONÁRIOS, PARA OS QUAIS O EQUILÍBRIO DA VIDA ECONÔMICA E SOCIAL É TÃO PRECÁRIO QUE NÃO NOS DEVEMOS ARRISCAR EM FAZER EXPERIÊNCIAS".

HOJE, 53 ANOS DEPOIS, NÓS, OS NETOS DE QUE FALAVA KEYNES, NÃO NOS PODEMOS FURTAR À CRIATIVIDADE E À OUSADIA, À LEGITIMIDADE INTERNA E À CREDIBILIDADE EXTERNA, AO TRABALHO DIUTURNO E AO AGIR CONJUNTO, SUPERANDO OS LIMITES DA ORTODOXIA E AS ILUSÕES DA UTOPIA.

COMO NÃO HÁ FUTURO SEM DIÁLOGO, DE UM LADO AGRADEÇO A ATENÇÃO DISPENSADA E, DE OUTRO, COLOCO-ME À DISPOSIÇÃO DE TODOS VOCÊS PARA UM DEBATE QUE, DESDE JÁ, ESPERO SEJA FÉRTIL E PROFÍCUO.

MUITO OBRIGADO.

15/8/83

/IAG